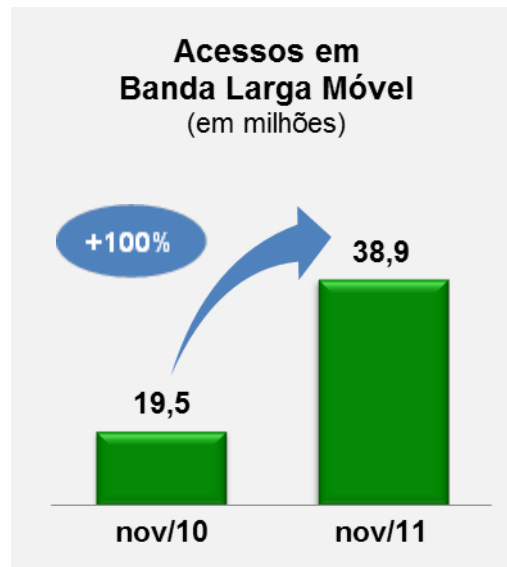


Boletim do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal

Acessos em banda larga ultrapassam 55 milhões em novembro

O número de acessos em banda larga fixa e móvel chegou a 55,4 milhões em novembro de 2011, com um crescimento de 68% nos últimos 12 meses. Os dados, que constam do balanço da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), mostram que de novembro de 2010 a novembro deste ano 22,4 milhões de novos acessos em banda larga foram adicionados à base. Nesse ritmo, a cada dia, foram ativadas 61 mil novas conexões.

Do total de acessos alcançados no mês passado, 16,5 milhões são de banda larga fixa e 38,9 milhões de banda larga móvel. A banda larga fixa apresentou crescimento de 21,9% nos últimos 12 meses, tendo sido adicionados nesse período 3 milhões de novas conexões.

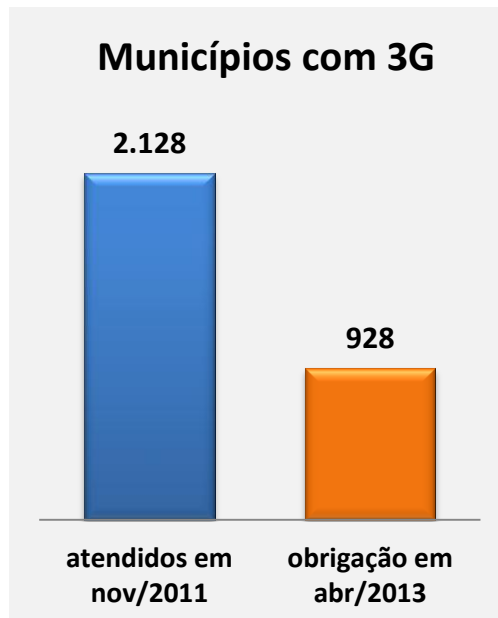


A banda larga móvel, por sua vez, dobrou o número de acessos desde novembro de 2010, acrescentando 19,4 milhões de novas conexões. Do número total de banda larga móvel, 7,6 milhões são de modems de acesso à internet e 31,3 milhões são de celulares de terceira geração (3G), incluindo os smartphones. Especificamente nesse segmento de 3G, o crescimento nos últimos 12 meses foi de 130%.

Se considerarmos o acumulado do ano, de janeiro a novembro, 20,9 milhões de novos acessos foram ativados, sendo 2,7 milhões de banda larga fixa e 18,2 milhões de banda larga móvel.

Infraestrutura - Esse ritmo de expansão da base tem se verificado também na ampliação da cobertura. A infraestrutura de banda larga fixa está instalada em todos os municípios brasileiros e as redes de 3G da banda larga móvel estão presentes em 2.128 municípios, que concentram 79% da população brasileira. Neste ano, já foram ativados mais de 840 municípios com tecnologia de 3G. Essa expansão supera em muito as obrigações determinadas no leilão de licenças de terceira geração, que eram de 928 municípios até abril de 2013.

Pelo levantamento da Telebrasil, os novos acessos em banda larga móvel (3G) já correspondem a quase metade (46%) dos 40 milhões de celulares habilitados em 2011. A competição nesse segmento também tem evoluído significativamente. Os dados mostram que mais 40% da população brasileira moram em cidades atendidas por pelo menos quatro operadoras.



Desde 1º de dezembro, os usuários de telefone celular do Estado de São Paulo passaram a ter a possibilidade de enviar gratuitamente mensagem de texto – mais conhecida como torpedo – para serviços de emergência da Polícia Militar (190) e do Corpo de Bombeiros (193) da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O projeto piloto é uma parceria entre a Polícia Militar de São Paulo e as prestadoras de telefonia móvel e beneficia principalmente as pessoas com deficiência auditiva e da fala (PcD), que numa situação de emergência podem enviar mensagens de textos para solicitar socorro.

Visando a efetividade e a qualidade do atendimento, é necessário que o usuário que deseja usar o serviço faça um pré-cadastro em associações de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, ou ainda por meio da Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Mais orientações podem ser obtidas no site da Polícia Militar do Estado de São Paulo – www.policiamilitar.sp.gov.br.

Terceirização de serviços especializados é discutida em Seminário

A terceirização de serviços especializados é uma realidade inevitável nas atividades econômicas no Brasil e precisa ser regulamentada. Essa constatação foi expressa por diversos debatedores durante o seminário *Terceirização, Evolução e Marco Legal*, promovido no dia 6 de dezembro pelo jornal Valor Econômico, com patrocínio da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT). Durante as discussões ao longo do dia, foram abordadas questões relacionadas à regulação da terceirização, à evolução dessa modalidade de contratação no Brasil e no mundo, ao estímulo à eficiência empresarial, ao mercado de trabalho e ao futuro do setor de serviços.

O número de empregos formais terceirizados cresceu 18,8%

O Seminário foi aberto com uma palestra do economista José Pastore, professor titular da USP, que falou sobre os *Caminhos para a Regulação da Terceirização no Brasil*. Na opinião de Pastore, a terceirização é estratégica para viabilizar vários tipos de negócios e representa uma parceria na divisão de riscos e oportunidades. O professor defende, entretanto, a necessidade de regulamentação da terceirização e de garantia da proteção do trabalhador. Segundo Pastore, a terceirização em vários casos é inevitável. Ele citou o exemplo de uma construtora que, sem a contratação de serviços especializados, teria que investir maciçamente em maquinário para ser usado esporadicamente na preparação dos terrenos antes da construção de edifícios.

O presidente da Abradee, Nelson Leite, reforçou esse entendimento. Segundo ele, não tem sentido uma empresa de transmissão de energia investir na compra de equipamento pesado para a construção de linhas de transmissão, por exemplo, e depois esse equipamento ficar parado esperando a construção da próxima linha. É melhor, segundo ele, a contratação de empresa especializada que construa linhas para várias transmissoras. O presidente da

Abradee afirmou que a especialização de mão-de-obra colabora para a eficiência. “O objetivo é usar a especialização para buscar eficiência e não para precarizar as condições de trabalho”, afirmou.

Regulamentação - O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos, também defendeu a regulamentação do assunto. Segundo ele, os trabalhadores querem garantias na lei e a regulamentação tem que vir para impedir a precarização.

A terceirização, de acordo com a economista Cláudia Viegas, tem sido fator decisivo na redução da informalidade e da precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Nos últimos anos, o emprego formal terceirizado tem crescido a taxas superiores às dos postos de trabalho em geral. De acordo com a economista, de 2006 a 2009, a taxa de emprego formal total subiu 17,2%, enquanto o número de empregos formais terceirizados cresceu 18,8%.

Expansão - O ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto lembrou que a terceirização já está prevista em alguns setores, como a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que permite a terceirização para atividades inerentes. “A terceirização é como o universo, está em permanente expansão”, afirmou ele, lembrando que não existe no mundo nenhum país desenvolvido onde não haja terceirização.

O ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, também defendeu a necessidade de regulamentação. “É preciso ter coragem e regulamentar. É preciso ter segurança jurídica”, acrescentou, lembrando que há uma série de ações na justiça sobre o assunto. O advogado ressaltou a necessidade de se pressionar o Congresso Nacional para aprovação de uma lei sobre o tema.

O deputado Sandro Mabel, autor do projeto de lei 4.330/04 que trata da terceirização, disse que a lei virá para proteger o trabalhador. “Vai ser o trabalhador mais protegido na legislação brasileira”, afirmou. Mabel lembrou que o TST admitiu recentemente a terceirização nos call centers das empresas de telefonia e citou também decisão da Justiça de liberar a terceirização no agronegócio. “A terceirização não para. Não temos como estancar, tem que regulamentar”, afirmou.

► Para a Febratel, a definição de um marco legal adequado para a terceirização é indispensável para manter a atratividade dos investimentos e para que o País possa cumprir seu objetivo de massificar serviços de banda larga, segmento de telecomunicações que hoje tem a maior demanda por parte da população.

Grande parte da universalização dos serviços de telefonia exigiu a terceirização e não é diferente com a banda larga. O Brasil saiu da carência crônica de serviços para se tornar a quinta maior rede de telecomunicações do mundo, em um ambiente com regras estáveis e previsíveis. O Brasil já dispõe de mais 302 milhões de acessos de todos os serviços de telecomunicações e só em banda larga já são 55,4 milhões de acessos. Para a massificação dos serviços de internet rápida, no entanto, serão necessários R\$ 150 bilhões em investimentos até 2020